

Diálogo de Alto-Nível sobre Energia das Nações Unidas 2021

Mais de vinte ministros de estados membros da ONU lançaram, em 11 de Março, um apelo à acção urgente para alcançar o acesso universal à energia limpa e economicamente viável até 2030, durante um evento realizado no âmbito do ano de acção para a energia das Nações Unidas.



Este apelo, efectuado através de [mensagens em vídeo](#), entre as quais do [Ministro do Ambiente e Acção Climática de Portugal](#), foi uma iniciativa Secretário Geral das Nações Unidas para iniciar a preparação para o “[Diálogo de Alto Nível sobre Energia](#)” que terá lugar em Setembro de 2021, iniciativa já mencionada na anterior newsletter. Até lá, cinco grupos de especialistas irão preparar um roteiro global para alcançar o acesso universal a energia acessível e limpa até 2030 ([Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7](#)) e zero emissões líquidas de gases de efeito estufa, até 2050.



“As energias renováveis são uma parte crucial da acção climática e são essenciais para a construção de um futuro sustentável, próspero e pacífico. O nosso desafio é claro: para alcançar uma posição equilibrada de emissões de gases de efeito estufa até 2050, devemos reduzir em pelo menos 45% as emissões de carbono abaixo dos níveis de 2010 na próxima década. Não estamos lá de forma alguma”
afirmou António Guterres.

Os Ministros comprometeram-se a procurar nos próximos meses a adesão dos agentes do sector a acordos voluntários que serão denominados *Pactos Comunitários de Energia* (Compacts) que poderão ser assumidos por governos nacionais, cidades, empresas e organizações da sociedade civil. Apresentam-se sob a forma de contributos para o cumprimento do SDG7 e emissões zero, em alinhamento com as *contribuições nacionalmente determinadas* e os objetivos climáticos de longo prazo do Acordo de Paris.

ACER e CEER propõem melhorias no Regulamento das redes trans-europeias de energia

Um [‘position paper’](#) publicado em Março, conjuntamente, pela Agência Europeia de Cooperação dos Reguladores de Energia e pelo Conselho Europeu dos Reguladores da Energia é crítico de alguns aspectos do Regulamento para as redes transeuropeias de energia TEN-E Regulation ([texto consolidado 2020](#)) e da [proposta](#) de revisão das directrizes apresentada pela Comissão.



O documento nota que as necessidades de infraestruturas do sistema energético europeu, cada vez mais integrado, são matéria complexa que requer um escrutínio adequado para salvaguarda do interesse público. A ACER e os reguladores nacionais estão particularmente habilitados nesta área, dada a sua longa experiência na implementação do próprio Regulamento, desde a sua publicação inicial em 2013.



Contudo, a ACER considera que, na proposta da Comissão, o seu papel se encontra enfraquecido, dado o texto não prever o escrutínio pela regulação dos planos de desenvolvimento da rede *offshore*, limitando a competência da ACER e dos Reguladores nacionais nesta matéria à avaliação dos pedidos de investimento. Pretendem os Reguladores intervir também na decisão de implementação, nomeadamente no respeitante a análise custo/benefício, cenários e planeamento das redes *offshore* e investimentos transfronteiriços. Discordam, ainda, das disposições relativas ao risco económico constantes da proposta.

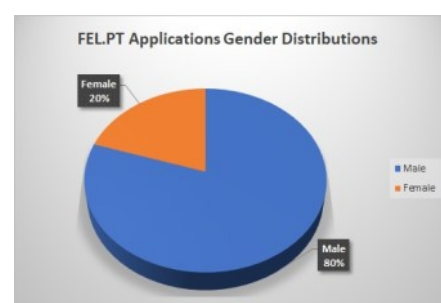
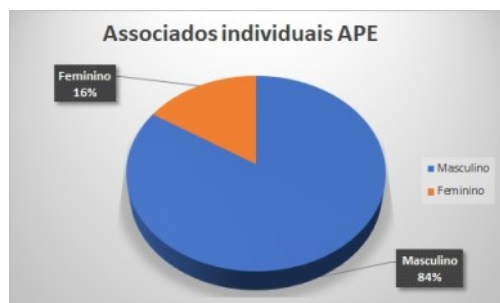
8 de Março — Energia e Dia Internacional da Mulher

Comemorou-se, no passado dia 8 de Março, mais um “Dia Internacional da Mulher” com o objectivo de chamar a atenção para as desigualdades de tratamento e oportunidades que ainda persistem a nível global.

A energia é um dos sectores em que a representatividade feminina é ainda relativamente pequena: de acordo com os dados da Agência Internacional de Energia, as mulheres, que representam 48% dos trabalhadores a nível global, são apenas 22% da força de trabalho total do sector, embora com uma animadora maior presença de 32% na área das renováveis.

A realidade da Associação não está longe dos números internacionais, tendo a APE 16% de associadas individuais, mas apenas 7% de representantes femininas das entidades colectivas nossas associadas.

No entanto, no recente lançamento do programa Future Energy Leaders Portugal, 20% das candidaturas foram femininas, o que indica uma tendência de harmonização com os números internacionais nas camadas mais jovens.

**FEL.PT lançam ciclo de eventos “Energia em Debate”**

O programa [Future Energy Leaders Portugal](#) (FEL.PT), promovido pela Associação Portuguesa da Energia vai desenvolver um ciclo de eventos para a divulgação e o debate dos atuais desafios técnicos, sociais e ambientais relacionados com a transição energética, com especial ênfase para as questões do desenvolvimento do sector energético em Portugal.

O projecto, denominado “Energia em Debate”, integra a iniciativa “FEL.PT Talks”, que tem o apoio da APE e cujo âmbito compreende também outras acções de divulgação, incluindo a colaboração em revistas da especialidade.

O primeiro evento deverá realizar-se já nos mês de Abril, esperando-se em breve a respectiva divulgação.

4ª Edição do Programa AMEG inicia-se a 19 de Abril – inscrições em curso

Está a decorrer o período de candidaturas à frequência da 4ª edição do [AMEG](#), **Advanced Management in Energy**, que vai iniciar-se em 19 de Abril com a já habitual conferência inaugural do Prof. António Costa Silva.

Esta parceria entre a **Associação Portuguesa da Energia (APE)** e a **AESE Business School** vem recebendo excelente [avaliação](#) por parte dos participantes, o que demonstra ser uma iniciativa oportuna e que responde a uma necessidade.

O AMEG é dedicado a um universo diversificado de responsáveis da indústria, dos serviços, da administração pública e da academia, cuja actividade beneficia de uma informação consistente sobre a cadeia de valor do sector energético, o enquadramento legal e regulamentar e a transição em curso. Com efeito, são muitas as questões que relevam da área da energia a que há que dar resposta, neste tempo em que é crescente a transferência de poder para o utilizador, pela possibilidade de escolha do fornecedor, pelo acesso à produção como *prosumer*, pela capacidade de gerir os consumos, pela introdução de medidas de eficiência ou pela possibilidade de ser parte nas plataformas de mercado e de participar em serviços do sistema.

Projecto Piloto de grande escala para a descarbonização da siderurgia

A indústria siderúrgica é responsável por cerca de 4% das emissões antrópicas de CO₂ na Europa e 9% no mundo, devido ao uso massivo de carvão (coque). Em termos médios, cada tonelada de aço produzida gera 1,85ton CO₂. Substituir o carvão por hidrogénio produzido com electricidade de origem renovável (hidrogénio verde) será um meio de descarbonizar um sector responsável por cerca de 25% das emissões da indústria europeia.

H₂green steel

Foi constituída na Suécia a empresa **H2 Green Steel** (H2GS) para realizar um projecto de produção de aço em grande escala (cinco milhões de toneladas de aço por ano), associada a uma fábrica de hidrogénio verde na região de Boden-Luleå, no norte da Suécia.

A empresa deverá reunir um conjunto diversificado de investidores, que inclui a Vargas Holding como maioritário e futuros clientes, como a SCANIA e outros parceiros como a **EIT InnoEnergy** (em que o IST participa representado pelo Prof. José Santos Victor). O projecto implicará um investimento inicial na ordem dos €2,5 mil milhões, devendo entrar em operação em 2024 e atingir plena capacidade em 2030.

A H2GS aposta na redução do custo do hidrogénio verde, actualmente entre os €3.6 e os €5.3/kg, estimando-se que desça para €1.8/kg até 2030, devido ao desenvolvimento tecnológico e ao efeito de escala. O desafio económico é grande, dado que o custo do hidrogénio (cinzento), produzido a partir do gás natural, é de cerca de €1,5/kg, mas a competitividade do hidrogénio verde poderá ser estabelecida também pelo previsível aumento do preço das emissões de CO₂.

CaetanoBus – empresa nacional com destaque na mobilidade a Hidrogénio

A **CaetanoBus**, empresa portuguesa sediada em Vila Nova de Gaia, tem vindo a celebrar acordos para testar o seu autocarro a hidrogénio, bem como a ganhar concursos para fornecimento de autocarros a H₂ junto de várias cidades europeias.

O **Caetano H₂.City Gold** é o autocarro elétrico com células de combustível de hidrogénio, que constitui uma solução de mobilidade para o transporte coletivo de passageiros com zero emissões contribuindo para uma mobilidade mais descarbonizada, se alimentado por hidrogénio verde.

O autocarro a hidrogénio da CaetanoBus possui uma autonomia de 400 km e encontra-se em teste em várias cidades europeias como **Dublin** e **Paris**, tendo já ganho concursos junto de concessionários de transportes públicos de **Barcelona** e em várias **cidades alemãs**, com destaque para o **projecto eFarm**, que pretende desenvolver uma rede de hidrogénio com origem em energias renováveis, que inclui a produção, transformação e distribuição do hidrogénio para frotas de veículos ligeiros e pesados.

**Declaração de Portugal e Marrocos sobre Cooperação para o Hidrogénio Verde**

Foi assinada a 2 de fevereiro de 2021 uma Declaração Conjunta entre o Ministro do Ambiente e da Ação Climática de Portugal e o Ministro da Energia, Minas e Ambiente de Marrocos sobre Hidrogénio Verde, visando reforçar a cooperação entre os dois países nesta área.

Os Ministros reconheceram nesta Declaração a oportunidade de alinharem prioridades estratégicas em relação ao hidrogénio verde com as políticas de descarbonização da economia e a transição energética.

Acordaram também criar ações conjuntas para o desenvolvimento de infraestruturas estratégicas de hidrogénio verde e afirmaram interesse na preparação de um Memorando de Entendimento sobre o Hidrogénio Verde.

Políticas públicas no setor da energia: A resposta estruturada rumo à neutralidade carbónica

Bruno Henrique Santos, *Future Energy Leaders Portugal; REN / Portgás,*



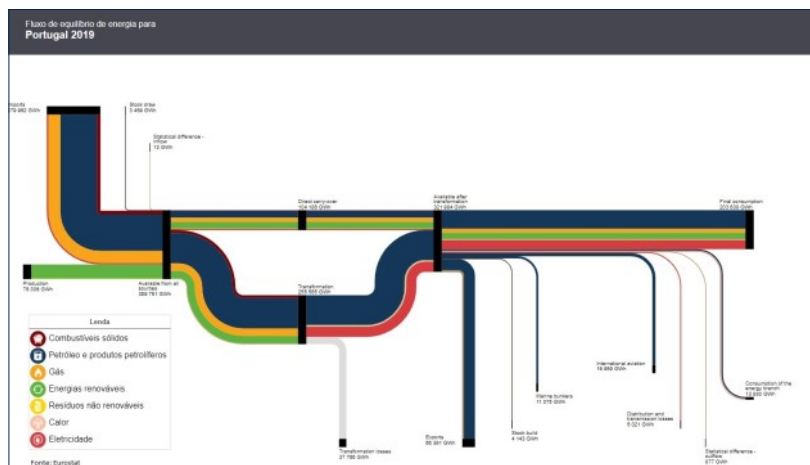
O contexto energético atual, de elevada incerteza, apresenta desafios consideráveis para a tecnologia e as políticas públicas, no sentido de assegurar compromissos sustentáveis para a nossa sociedade: Portugal depende fortemente de importação de energia, e a sua economia é muito baseada em fontes energéticas com elevado teor em carbono.

A transformação dos paradigmas energético e económico constitui aspeto central para alcançar os desígnios do Acordo de Paris que foi sufragado pelo Estado Português em 2015 com vista à redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), numa perspetiva de mitigar o efeito das alterações climáticas, implicando a sociedade numa rota de descarbonização e electrificação da economia, bem como no reforço da economia circular e da eficiência energética, transformando os desafios em soluções tecnológicas custo-eficazes e de excelência.

O Estado Português tem vindo a legislar um conjunto de metas e trajetórias para a descarbonização, nomeadamente no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, detalhado no Plano Nacional Energia e Clima 2030 e, mais recentemente, no Roteiro Nacional para o Hidrogénio, enquanto vetor energético renovável e promotor da integração de sistemas.

As tendências internacionais apontam para uma crescente electrificação da economia, com base numa matriz energética resultante, em larga medida, de um mix de fontes renováveis. Contudo, revela-se difícil radicar a segurança de abastecimento apenas na diversificação e complementaridade tecnológica da capacidade instalada renovável, crescentemente fotovoltaica e eólica, cuja disponibilidade é variável, mesmo tendo em conta o desenvolvimento da capacidade de previsão das condições atmosféricas.

Casos recentes como os *blackouts* no Texas, identificam a necessidade de assegurar a complementaridade e diversificação da matriz de geração e a gestão do sistema energético, mas também de investir nas infraestruturas de transporte e distribuição de energia, na perspetiva de promover a segurança de abastecimento e assegurar a sustentabilidade financeira sistémica. Impõe-se neste contexto a definição de uma estratégia assente em políticas públicas que promovam o desenvolvimento integrado do sistema energético entre infraestruturas de gás e eletricidade, como base fundamental para a veiculação e gestão da energia de origem renovável, na senda da gestão otimizada dos sistemas. No sector da energia não existem “*silver bullets*”.



Perante um paradigma disruptivo de futuro já não muito longínquo, urge garantir a sustentabilidade dos sistemas energéticos, assentes ainda em modelos de negócio e de regulação clássicos, pelo que se recomenda a definição clara de políticas públicas e a reformulação de modelos de regulação, bem como plataformas de mercado e de serviços de sistema que contemplem de forma integrada os sectores eléctrico e do gás nas vertentes da produção, muito distribuída e com forte componente variável, das redes e do armazenamento de energia.

Esta perspetiva de integração paulatina de todo o sistema energético é necessária para responder de forma sustentável ao objetivo da neutralidade carbónica, contribuirá para o desenvolvimento tecnológico e da economia nacional, ajudará no combate à pobreza energética e providenciará resiliência ao sistema, garantindo a segurança do abastecimento.